

CONTRA UMA LEITURA EXPRESSIVISTA DE WITTGENSTEIN

AGAINST WITTGENSTEIN'S EXPRESSIVE READING

Filicio Mulinari¹

Resumo: As *Investigações Filosóficas* não são necessariamente uma obra sobre filosofia da psicologia - de fato, sua preocupação central é com a natureza da representação linguística. Entretanto, Wittgenstein se viu obrigado ao longo da obra a mergulhar profundamente em problemas estruturais relativos aos conceitos psicológicos, além de ter que fornecer um tratamento a termos específicos que possuem uma relação direta com o tema principal desse artigo. Nesse sentido, mais do que se preocupar com suas análises específicas de alguns conceitos psicológicos nas *Investigações Filosóficas*, buscamos aqui oferecer uma visão geral de suas reflexões sobre temas relativos à filosofia da psicologia e, assim, fundamentar uma leitura que indique um processo de continuidade do tratamento dado aos termos psicológicos iniciado nas *Investigações Filosóficas* e que se estende até seus escritos redigidos na segunda metade da década de 40 sobre a filosofia da psicologia. De forma específica, este trabalho busca pautar uma crítica às leituras sobre a filosofia da psicologia de Wittgenstein que mantém a atenção principal no papel da expressividade (classificadas aqui como “leituras expressivistas”), além de ressaltar a importância da assimetria existente entre primeira e terceira pessoa no que tange aos referidos conceitos. Por fim, concluiremos com uma indicação de leitura deflacionista sobre a significação dos termos psicológicos, sem fundamento em uma ontologia ou epistemologia agregada ou pressuposta.

Palavras-chave: Filosofia da psicologia. Conceitos psicológicos. Subjetividade.

Abstract: *Philosophical Investigations* are not necessarily a work on the philosophy of psychology - in fact, their central concern is with the nature of linguistic representation. However, Wittgenstein has been forced throughout the work to delve deeply into structural problems relating to psychological concepts, and has to provide a treatment for specific psychological concepts that have a direct relationship with the main theme of the writing. In this sense, rather than worrying about his specific analyzes of some psychological concepts in *Philosophical Investigations*, we seek here to offer an overview of his reflections on subjects related to the philosophy of psychology and, thus, to base a reading that indicates a process of continuity of the treatment given to the psychological terms initiated in the *Philosophical Investigations* and which extends to his writings written in the second half of the 1940s on the philosophy of psychology. Thus, this work seeks to critique the readings on Wittgenstein's philosophy of psychology which maintains the main focus on the role of expressivity (“expressivist readings”), as well as to emphasize the importance of the asymmetry between first and third person regarding these concepts. Finally, we will conclude with an indication of deflationary reading about the meaning of psychological terms, without foundation in an ontology or aggregated or presupposed epistemology.

Keywords: Philosophy of psychology. Psychological concepts. Subjectivity.

* * *

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: filicio@gmail.com

Introdução

Há em boa parte das teorias filosóficas tradicionais do séc. XIX uma classificação típica dos objetos de estudo, fundamentada essencialmente na distinção entre o físico e o psicológico. Segundo essa classificação, haveria, por um lado, o domínio do mundo exterior, pertencente ao âmbito da física – definido pela experimentação e observação - e, de outro lado, o domínio que abarca todos os fenômenos da psicologia, definido por meio da introspecção e pela experiência interior. Nesse contexto, a delimitação da natureza da psicologia seria dada pela definição dos objetos interiores por ela estudados, que seriam de natureza distinta dos objetos externos.

O problema para nós, entretanto, se dá na suposição da existência de um objeto privado fundamental para a significação dos termos psicológicos. Essa suposição é duramente criticada nos escritos tardios de Wittgenstein. Por consequência, duas questões são postas aqui: primeiramente, na medida em que não há observação interna nem descrição de estados subjetivos e, conseqüentemente, também não há necessidade de objetos internos para a significação, o que sobra como característica básica dos termos e conceitos psicológicos? Em um segundo passo, questiona-se também: qual é o estatuto da subjetividade nos escritos tardios de Wittgenstein, uma vez que se retiram os fundamentos filosóficos tradicionais de sua base?

Partindo dessas questões iniciais, o presente artigo buscará aprofundar a análise dos escritos tardios de Wittgenstein relacionados ao problema da significação dos termos psicológicos. O objetivo é mostrar um novo indicativo de leitura distinto das concepções referencialistas tradicionais e, além disso, pautar uma crítica às leituras que mantêm a atenção principal na expressão. Ao fim, indicaremos como conclusão uma concepção da significação dos termos mentais e psicológicos deflacionista, *i.e.*, sem fundamento em uma visão epistemológica (direta ou indireta) na base da linguagem ordinária.

1. Uma crítica à leitura expressivista: o lugar da expressão e o papel da bipolaridade

O §293 das *Investigações Filosóficas* contém a passagem que ficou conhecida como a “analogia do besouro na caixa” [*bettle in the Box analogy*]. Nesse parágrafo, o

tema central abordado diz respeito à relevância ou irrelevância da referência a algo interno para a significação do termo “dor”. O argumento no parágrafo conclui que, no que diz respeito à significação das sensações, a suposição da existência de um objeto privado (no caso, um objeto para a significação do termo ‘dor’) não desempenha nenhum papel na linguagem: o uso ordinário do termo dor prescinde inteiramente da ideia de objetos internos e acessíveis somente ao sujeito para a significação dos termos. Noutras palavras, não é preciso um “objeto interior” referente à dor para que o termo receba um significado em nossa linguagem.

If I say of myself that it is only from my own case that I know what the word “pain” means a must I not say *that* of other people too? And how can I generalize the *one* case so irresponsibly? Well, everyone tells me that he knows what pain is only from his own case! — Suppose that everyone had a box with something in it which we call a “beetle”. No one can ever look into anyone else’s box, and everyone says he knows what a beetle is only by looking at *his* beetle. Here it would be quite possible for everyone to have something different in his box. One might even imagine such a thing constantly changing. But what if these people’s word “beetle” had a use nonetheless? If so, it would not be as the name of a thing. The thing in the box doesn’t belong to the language-game at all; not even as a *Something*: for the box might even be empty. a No, one can ‘divide through’ by the thing in the box; it cancels out, whatever it is. That is to say, **if we construe the grammar of the expression of sensation on the model of ‘object and name’, the object drops out of consideration as irrelevant** (IF, §293, grifo nosso).

De antemão, cabe ressaltar que na referida passagem Wittgenstein não trata da existência ou inexistência de “entidades privadas” ou de ‘objetos internos’ - e aqui reside uma leitura presente em muitos comentadores do tema: se existem ou não entidades privadas é uma questão ontológica, em primeiro passo, e epistemológica, em segundo. No entanto, tais questões não são abordadas nessa passagem: o que há aqui é discussão lógica, não epistêmica. Uma vez que é possível significar os termos internos ou psicológicos sem referência a algo interno; tais entidades privadas e acessíveis somente ao sujeito não cumprem função alguma no uso ordinário da linguagem. Logo, o problema em torno da existência do objeto torna-se irrelevante aqui, pois não é pressuposta para a significação dos termos analisados.² Noutras palavras, afirmamos:

² Um dos comentadores clássicos da passagem do parágrafo 293 é P. M. Hacker. Decerto, há muita virtude na leitura de Hacker das *Investigações Filosóficas*, sendo considerado até mesmo um marco, principalmente por romper com a leitura ortodoxa e positivista de Malcolm e apresentar uma leitura ‘de unidade’ dos parágrafos das *IF* – e não recortando os parágrafos e temas separadamente, como formula Malcolm. Entretanto, o grande ponto problemático nos comentários de Hacker reside em sua forte ligação

nessa passagem Wittgenstein não está interessado em debater se existe ou não um objeto interno, mas sim no modo como os termos psicológicos ganham significado.

Feita as considerações preliminares, podemos afirmar que a passagem do besouro na caixa é entendida de forma mais fiel quando não se perde de vista a leitura dos parágrafos que o precedem. Tal cuidado evita uma análise equivocada que nos conduziria a uma leitura equivocada em alguns aspectos. Um dos modos equivocados em nossa análise é proposto pela “leitura expressivista” de Wittgenstein. Explicaremos seus pontos fracos na sequência.

A leitura expressivista alega que, quando significamos o que sentimos, *externalizamos* na linguagem algo que só nós temos acesso, ainda que somente o que foi externalizado seja público e participe efetivamente da significação. Noutras palavras, é como se na expressão algo oculto fosse manifestado (tornado público) e tivesse ganho um significado. Porém, não parece ser exatamente isso que Wittgenstein tem em mente, ao menos nas *Investigações Filosóficas*. No §244 observa-se o seguinte:

How do words *refer* to sensations? - There doesn't seem to be any problem here; don't we talk about sensations every day, and name them? But how is the connection between the name and the thing named set up? This question is the same as: How does a human being learn the meaning of names of sensations? For example, of the word "pain". **Here is one possibility:** words are connected with the primitive, natural, expressions of sensation and used in their place. A child has hurt himself and he cries; then adults talk to him and teach him exclamations and, later, sentences. They teach the child new pain-behavior. "So you are saying that the word 'pain' really means crying?"- On the contrary: the verbal expression of pain replaces crying, it does not describe it (IF, §244, **grifo nosso**).

O equívoco básico da leitura expressivista é pressupor, ainda que indiretamente, uma ontologia intrínseca à significação dos termos psicológicos. Seguindo a leitura expressivista, quando “eu expresso minha sensação”, tenho como base a existência de algo interno, ainda que não passível de referência, mas que seria ‘colocado para fora’ pela linguagem das sensações e sentimentos. O próprio vocabulário da expressão induz a uma leitura equivocada, na qual se pressupõe que, ao *expressar algo*, se expressa “algo oculto”, ou seja, como se houvesse algo interno acessível somente ao sujeito que

epistêmica, sobretudo na medida em que se prende à negação da existência dos estados psicológicos, tendo como consequência de sua leitura uma “ontologia negativa”, uma vez que afirma que não há tais “objetos privados”. Cabe ressaltar, ainda, que a leitura proposta aqui nega essa conclusão negativa e aponta para algo muito mais minimalista, no sentido de afirmar que não é a existência ou inexistência desses estados que está em jogo nesse parágrafo, mas sim seu papel na significação desses termos.

se revela na linguagem por meio da expressão. Essa “imagem da expressão” nos faz retornar a um vocabulário de interioridade oculto e privado. Percebe-se que, nesse tipo de leitura, reaparece indevidamente tanto uma ontologia como uma epistemologia aos moldes referencialistas – e qualquer tipo de referencialismo deve ser plenamente evitado quando se aborda os textos tardios de Wittgenstein.

Para a melhor compreensão da analogia do besouro na caixa, bem como para fugir de leituras referencialistas (ainda que mantenham sua atenção em uma análise expressivista), devemos ler o argumento exposto no o §293 e o §244 vinculando-os a outras passagens e parágrafos da obra.

O §246, por exemplo, ressalta a falta da bipolaridade das afirmações que normalmente são classificadas enquanto privadas - acessíveis somente ao sujeito -, o que faz com que tais proposições não descrevam nada, logo, não pertencendo ao nível epistêmico.³ Nesse sentido, uma coisa é dizer “há uma cadeira em minha frente”, que seria uma descrição e possuiria bipolaridade (poderia ser verdadeira ou falsa); porém, não há sentido lógico – ou bipolaridade – em dizer “eu sei que tenho dores”, visto que não posso duvidar de mim mesmo sobre essa afirmação. Logo, é para a carência de bipolaridade - e não necessariamente para a expressão - que devemos manter a atenção.

In what sense are my sensations *private*? - Well, only I can know whether I am really in pain; another person can only surmise it. - In one way this is false, and in another nonsense. If we are using the word “know” as it is normally used (and how else are we to use it?), then other people very often know if I’m in pain. - Yes, but all the same, not with the certainty with which I know it myself! - It can’t be said of me at all (except perhaps as a joke) that I *know* I’m in pain. What is it supposed to mean - except perhaps that I *am* in pain? Other people cannot be said to learn of my sensations *only* from my behavior - for I cannot be said to learn of them. I *have* them. **This much is true: it makes sense to say about other people that they doubt whether I am in pain; but not to say it about myself** (*IF*, §246, grifo nosso).

De modo equivocado, a leitura expressivista pressupõe que há um domínio no qual *descrevo* os objetos e outro domínio – como o das sensações, sentimentos, etc. – no qual eu *expresso* algo. Contudo, como afirmado anteriormente, tal divisão mantém intacta a visão referencialista, uma vez que sustenta a existência de um objeto interno como parte da significação, mesmo que ele não desempenhe papel algum. Mais uma

³ Por falta de bipolaridade entende-se a falta de possibilidade de tais afirmações serem classificadas enquanto verdadeiras ou falsas, o que as descaracteriza enquanto descrições.

vez, temos que salientar: diferentemente da leitura expressivista, o foco deve ser mantido na atenção à falta de bipolaridade e não na afirmação epistemológica da existência de algo.

Os parágrafos 258 e 265 representam um papel específico e importante no texto das *Investigações Filosóficas* no que tange à significação dos termos psicológicos e também para a leitura dos escritos posteriores sobre filosofia da psicologia. Tais parágrafos supõem, inicialmente, que seja plausível uma “definição ostensiva interna” na significação de um termo psicológico. Apesar da suposição inicial, eles nos conduzem à conclusão da impossibilidade (ou inutilidade) de uma relação entre um suposto objeto interno privado, o significado e o uso do termo.

Let's imagine the following case. I want to keep a diary about the recurrence of a certain sensation. To this end I associate it with the sign “S” and write this sign in a calendar for every day on which I have the sensation. — I first want to observe that a definition of the sign cannot be formulated. a But all the same, I can give one to myself as a kind of ostensive definition! a How? Can I point to the sensation? a Not in the ordinary sense. But I speak, or write the sign down, and at the same time I concentrate my attention on the sensation a and so, as it were, point to it inwardly. a But what is this ceremony for? For that is all it seems to be! A definition serves to lay down the meaning of a sign, doesn't it? a Well, that is done precisely by concentrating my attention; for in this way I commit to memory the connection between the sign and the sensation. a But “I commit it to memory” can only mean: this process brings it about that I remember the connection correctly in the future. But in the present case, I have no criterion of correctness. One would like to say: whatever is going to seem correct to me is correct. And that only means that here we can't talk about 'correct'(IF, §258).

Let us imagine a table, something like a dictionary, that exists only in our imagination. A dictionary can be used to justify the translation of a word X by a word Y. But are we also to call it a justification if such a table is to be looked up only in the imagination? a “Well, yes; then it is a subjective justification.” a But justification consists in appealing to an independent authority a “But surely I can appeal from one memory to another. For example, I don't know if I have remembered the time of departure of a train correctly, and to check it I call to mind how a page of the timetable looked. Isn't this the same sort of case?” No; for this procedure must now actually call forth [94] the correct memory. If the mental image of the timetable could not itself be tested for correctness, how could it confirm the correctness of the first memory? (As if someone were to buy several copies of today's morning paper to assure himself that what it said was true.) Looking up a table in the imagination is no more looking up a table than the image of the result of an imagined experiment is the result of an experiment (IF, §265).

O que percebemos na argumentação presente nesses parágrafos é que a visão da significação dos termos psicológicos dada por uma “definição ostensiva privada” – *i.e.*, a significação de um conceito dada por meio de uma referência a um ‘objeto mental’ – carece, primeiramente, de critério de *correção* e, segundo, de *justificação*. Noutras palavras, se uso um critério interno do qual só eu tenho acesso, como realmente terei certeza de que estou seguindo o critério certo? Necessitaria, assim, de um “critério [subjetivo] para o critério [subjetivo]”, caindo em um *regressus ad infinitum*. Logo, percebemos que não nos ancoramos em critérios privados para dizer algo um jogo de linguagem, mas sim em *critérios práticos*, ou seja, no uso ordinário da linguagem.⁴

Os parágrafos analisados aqui até agora fazem parte daquilo que tradicionalmente ficou conhecido como “o argumento da linguagem privada” (§§243-315) e fazem a abertura para todos os parágrafos posteriores ao §315, indo até o final da primeira parte das *Investigações Filosóficas*. Embora o argumento da linguagem privada seja o desdobramento da investigação exposta nos parágrafos anteriores, o debate sobre os termos psicológicos tem suas especificidades, como a questão da expressão tratada anteriormente.⁵ Outra especificidade importante para o entendimento da significação dos termos psicológicos diz respeito à assimetria existente entre os discursos em primeira e terceira pessoa do singular - e é exatamente sobre esse ponto que dedicaremos uma melhor análise na sequência.

2. O traço comum dos conceitos psicológicos: a assimetria entre 1ª e 3ª pessoa

Uma vez que a distinção entre o físico e o mental no que diz respeito à significação dos termos perde seu caráter epistêmico nas *Investigações Filosóficas* - dado que essa dimensão do interior não representa nenhum papel relevante na

⁴ Vale lembrar que os parágrafos aqui mencionados devem ser lidos juntamente com os parágrafos antecedentes e subsequentes. O conjunto do debate sobre o uso do vocabulário de sentimentos e sensações é muito mais amplo do que simplesmente o debate presente nessas passagens – ou parágrafos – ou no conjunto de parágrafos que ficou tradicionalmente conhecido como “argumento da linguagem privada”. Para uma melhor compreensão da evolução do argumento no pensamento de Wittgenstein, vide (NIELSEN, 2008).

⁵ Dentre as especificidades que se encontram no desenrolar dos parágrafos anteriores ao debate sobre a linguagem privada nas *Investigações Filosóficas*, encontramos o debate sobre a noção de regras, que aparece ainda antes, nos parágrafos 194-242. Como conclusão, temos que a regra (por exemplo, “ $x+2$ ”) e a série (2, 4, 6, 8...) não podem ser compreendidas como coisas distintas, como se a regra determinasse a série, hipostasiando a série e transformando a regra em um “objeto” – logo, mantendo-se em uma visão referencialista. Tal noção apenas reflete o caráter dialógico e integral do texto das *Investigações Filosóficas* e faz com que nós, mais uma vez, tenhamos que advertir para o cuidado que se deve ter ao tomar partes isoladas da obra.

significação -, temos que a classificação tradicional entre experiência e introspecção (entre exterior e interior) entra em colapso ou perde seu lugar especial.⁶ No lugar de uma diferenciação promovida por uma classificação pautada entre o interno e o externo, a distinção básica mantida por Wittgenstein para classificar os conceitos psicológicos e mentais será a distinção lógica dos termos, caracterizados pela presença da bipolaridade: a bipolaridade sempre é presente em proposições descritivas.

Nas *Observações sobre a filosofia da Psicologia* (RPPI e RPPII), Wittgenstein apresenta um plano para o tratamento dos conceitos e verbos psicológicos, mostrando algumas semelhanças e diferenças entre os vários tipos de sensações e emoções e explicita a questão que tange a assimetria de modo explícito. Os dois primeiros pacotes de argumentos do plano, presentes nos §63 (RPPI) e §148 (RPPII) são bastante ligados à experiência e revelam certo nível de “passividade” do sujeito. Porém, o terceiro pacote de conceitos, presente no §836 (RPPI), possui questões complexas que envolvem os conceitos de saber, crer e dúvida (todos relacionados ao conceito de vontade). Tamanha é a complexidade dos planos propostos por Wittgenstein nesse conjunto de parágrafos que uma conclusão interessante – e praticamente inevitável – é que não há um elemento comum e característico do domínio do mental para além da assimetria lógica existente entre os discursos de 1ª e 3ª pessoa.⁷

Devo chamar todo o domínio do psicológico de domínio das “vivências”? Ou seja, talvez chamar todos os verbos psicológicos de “verbos vivenciais” (“conceitos vivenciais”). Sua característica é que sua terceira pessoa é proferida com base em observações, mas não a primeira (RPPI, § 836).

Os verbos psicológicos caracterizados pelo fato de a terceira pessoa do presente se ter de verificar pela observação, e a primeira pessoa não. Frases na terceira pessoa do presente: informação. Na primeira pessoa: expressão. [...] A primeira pessoa do presente semelhante a uma expressão (RPPII, §63).

⁶ O saldo positivo das IF é mostrar que não é possível descrever o significado de uma palavra, mas é possível descrever os variados *usos* (por meio de exemplos, comparações, etc.) dos termos na linguagem. Logo, para Wittgenstein, você não resolve o problema da significação usando categorias como “ideias” (como propunha Locke) ou “termos simples” (como fundamentava Frege), mas sim por meio da descrição dos jogos de linguagem nos quais usamos os termos. Há, então, uma separação da herança grega da relação entre linguagem e ontologia: a palavra será constituída não por meio de uma relação com um objeto - seja ele qual for -, mas por meio da descrição de seus usos.

⁷ A conclusão reiterada aqui de que a assimetria existente entre os discursos de 1ª e 3ª pessoa correspondem à única coisa em comum a todos os conceitos psicológicos parece ser também a conclusão de Chauvier (2007, p. 34): “[...] Although there is no common genus, no common concept of mind, there is a common characteristic of all psychological concepts when they are used in verbal form: a first/third-person present tense asymmetry, and a first-person present tense/first-person past tense asymmetry.

Nota-se que a sustentação lógica da diferenciação do mental pautada pela assimetria é radicalmente distinta da sustentação epistemológica, fundamentada pela pressuposta existência de objetos mentais.⁸ Tem-se então o enfraquecimento da concepção moderna tradicional do mental, principalmente pelo fato de que o que os conceitos relacionados ao mental têm em comum é dado estritamente pela lógica.

Se nas *Investigações Filosóficas* Wittgenstein acaba por separar a discussão sobre conceitos psicológicos de um debate epistêmico – especialmente pela crítica à introspecção como fundamental para o processo de significação –, nos escritos pós-1945 o filósofo irá se debruçar sobre os detalhes do vocabulário psicológico, além de analisar de vários modos esse elemento lógico distintivo, que é a assimetria acima referida. Sobre isso, o comentário de Sandra Laugier (2007) é pontual:

[...] The asymmetry of psychological verbs cannot be an epistemic asymmetry, and so talk of “observation” is, from this standpoint, misleading. Wittgenstein’s central idea, with respect to the thesis of asymmetry, is that first-person uses of psychological verbs are precisely not acts or judgments having to do with knowledge. The asymmetry characteristic of psychological is logical, or, rather, pragmatic (LAUGIER, 2007, p. 35).

Rigorosamente, há um grande esvaziamento dos termos, pois, de fato, não temos um vocabulário que se orienta pela definição de “algo interno” x “algo externo” ou, ainda, uma possível divisão entre “objetos mentais” (que seriam privados e acessíveis somente ao sujeito) e “objetos físicos” (que seriam externos e públicos). De modo distinto a essas concepções, temos agora um grupo de conceitos que se relaciona com o mental pela sua referência à existência de uma assimetria lógica. Tal conclusão acaba por ‘desubstancializar’ o conceito de mente ou de mental, uma vez que não temos mais entidades metafísicas que fundamentem a significação dos termos psicológicos – novamente, o que sobre é apenas uma distinção lógica, e não epistemológica.

⁸ A assimetria existente entre os discursos de primeira e terceira pessoas ocupa um lugar central no plano traçado por Wittgenstein para o tratamento dos conceitos psicológicos. Há uma diferença crucial relativa aos verbos psicológicos (como acreditar, intencionar, desejar, etc.) quando proferidos na primeira e na terceira pessoa do presente. Tal diferença estaria situada no fato de que os verbos psicológicos, quando proferidos em sentenças na terceira pessoa (e.g. ‘ele acredita que chove’) seriam fundamentados na *comunicação/informação* [Mitteilung], enquanto que as sentenças proferidas na primeira pessoa no presente do indicativo (e.g. ‘eu acredito que chove’) seriam de um tipo distinto, a saber, seriam *expressões* [Äusserung] e, por esse motivo, não seriam fundamentadas em informações. Nesse sentido, a expressão linguística das vivências de um sujeito tem como característica primária o fato de não ser inferida de qualquer observação.

Dito isso, podemos questionar: se a expressão ou a existência de objetos mentais internos não ocupam papel central na significação dos conceitos psicológicos, o que sobra então? O que caracteriza um termo enquanto “psicológico”? Como dito anteriormente, para Wittgenstein apenas a assimetria lógica existente nesses termos garante essa característica. Como consequência, o que sobra é uma visão deflacionista do âmbito mental, uma vez que ele não delimita mais um domínio ontológico, epistemológico e nem mesmo expressivo.

3. O esvaziamento da subjetividade: uma proposta deflacionista de leitura

Após o percurso até aqui exposto, temos como resultado uma conclusão que para muitos soa como desconfortante: desaparece a necessidade de se fundamentar ou vincular a significação dos termos e verbos psicológicos em uma ontologia do interno, *i.e.*, em algo como uma ‘metafísica da subjetividade’. Dessa forma, cabe aqui o questionamento: uma vez esvaziada a ontologia da subjetividade, para onde se vão os sentimentos pessoais ou as sensações para além da publicidade dos jogos de linguagem psicológicos? Seriam todos nossos conceitos referentes às sensações e sentimentos construídos por meio da linguagem e da experiência compartilhada? O que acontece com o “Eu” – entendido aqui como experiência subjetiva de sensações e sentimentos – nesse percurso? Na sequência, a partir de uma crítica à leitura proposta por Sandra Laugier em seu artigo *The myth of the outer* (2007), indicaremos algumas noções norteadoras a tais questões que apontam para uma visão deflacionista do âmbito do mental e da interioridade no que tange à significação dos termos.

Com base na clássica interpretação de Wittgenstein proposta por Stanley Cavell, em sua obra *The Claim of Reason* (1969), Sandra Laugier (2007) propõe uma formulação do conceito de subjetividade ancorada nos escritos da década de 40 do filósofo de Viena, apresentando uma relação entre o “Eu” e a expressão (corporeidade). Tal identificação da subjetividade seria simultaneamente “interior” e “exterior”, uma vez que preserva a interdependência entre ambas as dimensões.⁹ Segundo Laugier, o sujeito seria um “sujeito da linguagem” e as *IF* apresentariam uma leitura que preserva a

⁹ In his last works, Wittgenstein seeks to depsychologize subjectivity not by eliminating or “exteriorizing” it, but redefining it. Recently, much has been done to stress the importance of subjectivity in Wittgenstein’s thought, but the focus has been on so-called grammatical or first-person matters. (...) I shall be looking that, in his late philosophy, which allows us to redefine the subject – of both language and experience – as no longer the point without extension of the *Tractatus*, or the metaphysical subject, or the subject of psychology (LAUGIER, 2007, p. 151).

contraposição interior/exterior, ainda que não se caia em uma leitura radical, seja ela behaviorista ou solipsista.¹⁰

What must be done, therefore, is prevent an inadequate overlapping of the uses of both terms, but also, and most importantly, show the impossibility of separating them artificially, of thinking one can function without the other. For such a separation would result in a caricature of both behaviorism (the outer without the inner), and mentalism (the reverse). Wittgenstein's more significant suggestion is that only the outer give us access to the inner (LAUGIER, 2007, p. 161).

Laugier sustenta que nós temos algo como uma estrutura pressuposta para a linguagem da expressão. Essa noção propõe algo como um *sujeito da linguagem*, além de uma subjetividade a ele atrelado (vide Laugier, 2007, p. 158 e 164).¹¹ Aqui se apresenta o ponto de estratégia – e extremamente contestável – da leitura da autora, uma vez que ela mantém em sua interpretação uma visão ontológica fortemente determinada. Para fundamentar nossa crítica a Laugier, tomemos o §398 para análise.

No §398 das *Investigações Filosóficas*, que contém a tradicional passagem do “quarto visual” [*visual room*], temos presente uma crítica direta à ideia de algo como um “cenário subjetivo” acessível somente ao sujeito. No parágrafo, mostra-se que a afirmação “tenho uma impressão minha agora” não desempenha papel nenhum na linguagem. O problema está presente não quando digo que tenho uma percepção, mas sim em supor algo que “só eu possuo”, algo como um “eu vejo que eu vejo algo”, como se houvesse uma duplicação da percepção. Parte da leitura desse parágrafo mostra que a ideia de um sujeito para além da experiência não possui sentido lógico – bipolaridade – e, por isso, carece de sentido pressupor tal âmbito para a significação dos termos psicológicos.

¹⁰ A leitura radical se daria nos seguintes termos: se temos acesso só ao âmbito exterior, apenas podemos ‘ler’ os comportamentos e caímos em uma visão behaviorista. Se temos acesso apenas ao cenário interno – ou às minhas próprias sensações –, caímos ao fim em uma visão ontológica que nos leva inevitavelmente ao solipsismo, visto que dificilmente poderíamos ter certeza dos objetos de outrem. Nota-se que o debate sobre behaviorismo aparece, sobretudo, ligado ao “argumento da linguagem privada” principalmente entre os §§281-287. No que diz respeito ao behaviorismo e a possível associação de Wittgenstein à corrente, devemos lembrar que tal teoria também acaba pressupondo um tipo de referencialismo, no caso, uma referência ao comportamento, além da adesão a uma concepção epistemológica – ambos rejeitados por Wittgenstein. A adesão a uma epistemologia também pode ser usada como o ponto fraco daqueles que tentam promover uma leitura solipsista de Wittgenstein.

¹¹ The question is no longer about the limit between subject and world, or between outer and inner, but about the very nature of a *subject*, which is no longer *between*, but *both* inner and outer. We have now to define this new version – linguistic, not transcendental – of subjectivity (LAUGIER, 2007, p.158).

“But when I imagine something, or even actually *see* objects, surely I have *got* something which my neighbor has not.” - I understand you. You want to look about you and say: “At any rate only *I* have got this.” What are these words for? They serve no purpose. - Indeed, can’t one add: “There is here no question of a ‘seeing’ a and therefore none of a ‘having’ a nor of a subject, nor therefore of the I either”? Couldn’t I ask: In what sense have you *got* what you are talking about and saying that only you have got it? Do you possess it? You do not even *see* it. Don’t you really have to say that no one has got it? And indeed, it’s clear: if you logically exclude other people’s having something, it loses its sense to say that you have it.

But what are you then talking about? It’s true I said that I knew deep down what you meant. But that meant that I knew how one thinks to conceive this object, to see it, to gesture at it, as it were, by looking and pointing. I know how one stares ahead and looks about |121| one in this case a and the rest. I think one can say: you are talking (if, for example, you are sitting in a room) of the ‘visual room’. That which has no owner is the ‘visual room’. I can as little own it as I can walk about it, or look at it, or point at it. In so far as it cannot belong to anyone else, it doesn’t belong to me either. Or again, in so far as I want to apply the same form of expression to it as to the material room in which I sit, it doesn’t belong to me. Its description need not mention an owner. Indeed, it need not have an owner. But then the visual room *cannot* have an owner. “For” a one might say a “it has no master outside it, and none inside it either.” Think of a picture of a landscape, an imaginary landscape with a house in it. a Someone asks “Whose house is that?” a The answer, by the way, might be “It belongs to the farmer who is sitting on the bench in front of it”. But then he cannot, for example, step into his house (IF, §398).

A passagem do quarto visual tem como objetivo demolir a ideia de um conteúdo mental na linguagem acessível somente ao sujeito e, assim, de que o “Eu” possa referir-se a algo interno. Como consequência, ao rejeitar a ideia do possuidor de um “quarto visual” acessível somente ao próprio sujeito, rejeitamos também a ideia de um processo interno no qual o “eu” é sujeito e objeto de si mesmo. Isso só é possível uma vez que, no lugar de uma experiência interna provinda da experiência, a subjetividade só pode ser compreendida pela linguagem.

No §410 das *IF*, Wittgenstein volta a tratar da questão da ineficácia de se tomar algumas imagens da linguagem como sendo fundamentais ou pressupostas para a significação dos termos: ““*I*” *doesn’t* name a person, nor “*here*” a place, and “*this*” is *not* a name” (IF, §410). Noutros termos: qualquer ideia de uma noção de “eu” ou de uma subjetividade para fora de nossas práticas perde seu sentido. O que sobra aqui é a

maneira como devemos investigar alguns conceitos (como o conceito de “eu”, “subjetividade”, etc.).¹²

Cabe ressaltar que o debate das *Investigações Filosóficas* não é sobre a “forma” ou o modo como usamos os conceitos em nosso cotidiano, mas, distintamente, é um debate que procura renunciar todo fundamento metafísico presente na visão representacional que se pretende pressuposto aos usos ordinários da linguagem. Noutros termos, o texto das *Investigações Filosóficas*, assim como os textos posteriores de Wittgenstein, se desfaz de um aparato filosófico – como a noção de subjetividade – que se mostra desnecessário para o funcionamento da linguagem, pois não desempenha papel algum nela. Dessa forma, podemos até pensar em algo como uma “ontologia da subjetividade”, mas essa ontologia não é pressuposta pela ou na linguagem ordinária.¹³ Logo, o que sobra da interioridade é: meu discurso sobre a minha experiência é dado por meio de práticas, e não mais por algo privado e inacessível ou ancorado em uma tese ontológica ou, ainda, em uma pressuposição metafísica. Desaparece-se, então, a ideia de privacidade e também da necessidade de objetos internos ao sujeito para a significação.

É bastante plausível usar os termos e expressões da interioridade, e de fato eles possuem um papel importante em nossas práticas. Contudo, o que não tem lugar – e é alvo de crítica aqui – são as conclusões metafísicas que não cumprem função nenhuma em nossos jogos de linguagem dos termos psicológicos. Ao concluir isso, nós não perdemos nada que temos em nosso cotidiano, perdemos apenas uma “filosofia agregada” à significação dos termos. Cabe dizer: não perdemos nada, pois, antes disso, também não havia nada além de uma “falsa imagem”. Ao fim, deixamos de lado apenas uma ilusão filosófica, pautada fortemente pela filosofia moderna presente no século XVII e XVIII.

¹² O interessante no percurso do pacote de parágrafos das *Investigações Filosóficas* que vai do §398 ao §427 é que eles contêm um “caráter negativo”, no sentido de que eles muito mais esclarecerem e retiraram os excessos da linguagem do que afirmam substancialmente algo.

¹³ Talvez uma questão que caiba perfeitamente aqui seja: uma vez que a ontologia não encontra seu fundamento na linguagem, onde mais seria possível encontrar? Ainda que a questão seja interessante, ressalta-se que possíveis observações a respeito disso não serão realizadas por conta do melhor foco no objetivo do artigo.

Considerações finais: o que há de novo?

No que diz respeito ao *Tractatus Logico-Philosophicus*, há uma antiga estratégia de leitura por parte de alguns comentadores para lidar com a questão do esvaziamento ontológico da subjetividade/interioridade que consiste em jogar o problema da privacidade dos conceitos psicológicos ao âmbito do inefável: sobre aquilo que não podemos falar, devemos calar. Mas não é esse o lugar de tratamento que devemos ter quando propomos uma leitura das *Investigações Filosóficas* e dos escritos tardios sobre a filosofia da psicologia redigidos por Wittgenstein na década de 1940.

Ao tratar desses textos, podemos, por exemplo, realizar um caminho inverso à inefabilidade: quando percebemos o esvaziamento da ontologia, não temos necessariamente de nos calar; mas sim perceber um domínio mais diversificado do âmbito da experiência em variados níveis e modos. Dessa forma, não teríamos uma perda da subjetividade, mas apenas sua realocação em um universo mais amplo. Não há mais um “superconceito” - nenhuma palavra terá significado fora de um uso em determinado contexto – e ‘subjetividade’ não fugirá a essa regra.¹⁴ Há uma ‘laicização’, se assim podemos dizer, da linguagem: não há um fundamento transcendente, apenas práticas, usos, formas de vida.

Na mesma esteira da questão da subjetividade e do fundamento da significação dos conceitos psicológicos, cabe também perguntar: o que a própria filosofia pode nos oferecer? Essa questão é pertinente, sobretudo por não podermos fundar uma ontologia na linguagem, o que gera, aparentemente, uma perda da metafísica e uma aparente diminuição da atividade filosófica.

Como foi possível perceber, de fato aquilo que a filosofia pode nos oferecer agora é *aparentemente* algo muito mais modesto do que desempenhava outrora. Afinal, para Wittgenstein a pressuposição de uma ontologia não cumpre papel nenhum no funcionamento da linguagem e as supostas entidades internas privadas ao sujeito que fundamentariam uma metafísica da subjetividade também não, nem mesmo em sua versão indireta proposta por meio das leituras expressivistas. O que sobra na distinção

¹⁴ We are under the illusion that what is peculiar, profound and essential to us in our investigation resides in its trying to grasp the incomparable essence of language. That is, the order existing between the concepts of proposition, word, inference, truth, experience, and so forth. This order is a *super-order* between a so to speak a *super-concepts*. Whereas, in fact, if the words “language”, “experience”, “world” have a use, it must be as humble a one as that of the words “table”, “lamp”, “door” (IF, §97).

entre o psicológico e o físico, entre o interno e o externo, é meramente uma assimetria lógica presente nos usos entre primeira e terceira pessoa.

Temos, de fato, uma reconfiguração dos modos de significação e também da própria filosofia, ao menos enquanto o que ela pode oferecer a nós. A filosofia agora seria responsável por analisar os variados jogos de linguagem e desempenharia, assim, o papel de esclarecer e mostrar as mais diversas práticas existentes nesses jogos – e os jogos de linguagem referentes aos termos psicológicos, assim como a noção de subjetividade, não fugiriam a essa regra.

Referências

- CAVELL, Stanley. *The claim of reason*. New York e Oxford: Oxford University Press, 1969.
- CHAUVIER, S. *Wittgenstein Grammar and Philosophy of Mind. Perspicuous Presentations*. Essays on Wittgenstein's Philosophy of Psychology. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- LAUGIER, S. The Myth of the Outer: Wittgenstein's Redefinition of Subjectivity. In MOYAL-SHARROCK, D. *Perspicuous Presentations*. Essays on Wittgenstein's Philosophy of Psychology. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- _____. *Perspicuous Presentations*. Essays on Wittgenstein's Philosophy of Psychology. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- NIELSEN, K. S. *The evolution of the private argument*. Burlington, USA: Ashgate Publishing Limited, 2008.
- WITTGENSTEIN, L. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia (RPPI e RPPII)*. Trad.: Ricardo Hermann Ploch Machado. – Aparecida, SP: Idéia & Letras, 2008.
- _____. *On Certainty*. Ed. G.E.M Anscombe and G.H. von Wright. Trad. G.E.M Anscombe and Denis Paul. Ed. Basil Blackwell, 1975.
- _____. *Philosophical Investigations*. Trad. G.E.M Anscombe, P.M.S Hacker and Joachim Schulte. 4ª Ed. Wiley-Blackwell, 2009.

Recebido em: 20/03/2018
Aprovado em: 13/06/2018